

## RESENHA

**CAVALIERE, RICARDO. A GRAMÁTICA NO BRASIL. IDEIAS, PERCURSOS E PARÂMETROS. RIO DE JANEIRO, LEXIKON, 2014.**Maurício Silva<sup>1</sup>

Estudos acerca da gramática portuguesa são cada vez mais comuns nas universidades, entre especialistas do assunto, mas poucos são escritos a partir de uma sólida gama de conhecimentos sobre o tema, mobilizando uma vasta pesquisa teórica acerca de nossa gramaticografia. O mais recente livro de Ricardo Cavaliere (*A gramática no Brasil. Ideias, percursos e parâmetros*) preenche essa lacuna, contribuindo, a partir dos princípios teórico-metodológicos da Historiografia Linguística, para a descrição e análise da gramaticografia do português no Brasil.

O autor começa tratando dos estudos gramaticais brasileiros no século XX, lembrando que a passagem do século XIX para o XX marca a mudança de paradigma gramatical, que passa da perspectiva filosófica para a historicista e inaugura o período científico de nossa gramaticografia. Assim, se no âmbito da ordem racionalista a gramática tinha como objetivo principal a pedagogia normativa, no âmbito da ordem histórico-comparatista prevalece a perspectiva investigativa e prescritiva. Em suma: “será, pois, sob o manto dessa dualidade que surge no Brasil dos novecentos uma concepção de gramática que, no âmbito das obras mais representativas, busca coadunar a atividade de pesquisa com a atividade de ensino, no sentido de, ao menos, não se apresentarem regras sem fundamentação teórica” (p. 12). Essa dualidade, essa mescla entre princípios pedagógicos (ensino) e princípios investigativos (pesquisa) resultará na ocorrência de dois leitores distintos de gramática: um *leitor consulente* e um *leitor pesquisador*, ambos voltados para os compêndios descritivo-prescritivos. Essa *feição dual* se mantém, já no início do século XX, como fundamento da gramaticografia brasileira, como se

---

1 Doutor em Letras Clássicas e Vernáculas pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação, na Universidade Nove de Julho (São Paulo).

percebe em *O idioma Nacional* (1926-1928), de Antenor Nascentes ou, mais tarde, na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1940), de Silveira Bueno. O divórcio definitivo entre o normativismo e o descritivismo gramatical viria apenas com a segunda metade do século, com Gladstone Chaves de Melo, Celso Cunha e outros. A tentativa de dissociação das duas perspectivas, com uma clara tendência para o descritivismo, vai-se adensando com a passagem do século, tendo pelo menos duas consequências mais imediatas: primeiro, a diversidade de bases teóricas que fundamenta a escrita gramatical, indo do gerativismo ao estruturalismo funcional, com repercussões no ensino e na prática do leitor consulente, restringindo o público-alvo, já que tais gramáticas tornam-se mais herméticas; segundo, uma extensão do *corpus* utilizado nas gramáticas para textos não literários, optando por considerar a língua em uso.

O autor estuda também a gramática brasileira do chamado período científico, inaugurado em 1881 pela *Gramática portuguesa*, de Júlio Ribeiro, embora já se verificassem algumas inovações anteriormente, como ocorre com a *Gramática elementar* (1880), de Costa e Cunha. Tendo sido influenciado pelos estudos histórico-comparatistas, desenvolvidos principalmente por August Schleicher, o período científico privilegia a descrição da língua (em oposição à especulação do período anterior): “em outros termos, rompia-se com o mentalismo severo da escola racionalista, para ingressar-se com entusiasmo no empirismo envolvente que as ciências naturais tanto fizeram disseminar já nas primeiras décadas do século XIX” (p. 31). Para o autor, portanto, as melhores gramáticas do período científico de nossa gramaticografia sempre tiveram feição híbrida (descritivo-prescritiva), como se verifica na gramática de Maximino Maciel; além disso, utilizava-se da base epistemológica oferecida pelas ciências naturais, quase sempre dirigindo seu foco de preocupação para a *palavra*.

Já ao estudar a corrente racionalista da gramática brasileira do século XIX - que vai da publicação da *Epítome de gramática portuguesa* (Morais Silva, 1806) até a publicação da *Gramática portuguesa* (Júlio Ribeiro, 1881) -, Ricardo Cavalieri destaca a herança racionalista dos gramáticos desse período, inspirada sobretudo na *Gramática de Port Royal*. Estuda, assim, algumas gramáticas desse período, como a *Arte da gramática portuguesa* (1816), do padre Inácio Felizardo Fortes; o *Compêndio da gramática portuguesa* (1829),

do padre Antonio da Costa Duarte; a *Gramática elementar da língua portuguesa* (1840), de Felipe Benício de Oliveira Conduru; o *Breve compêndio da gramática portuguesa* (1844), de Henrique de Albuquerque; a *Gramática portuguesa* (1871), de Francisco Sotero dos Reis; e outras. Inspiradas, como se disse, nos princípios da gramática racionalista europeia do século XVIII, tais gramáticas tiveram como modelo, ainda, as obras portuguesas de Antônio José dos Reis Lobato (*Arte da gramática da língua portuguesa*, 1770) e Jerônimo Soares Barbosa (*Gramática filosófica da língua portuguesa*, 1822). A concepção fundamental dessas gramáticas é a de que a língua era fruto da capacidade do ser humano em raciocinar logicamente, portanto a mesma estrutura do raciocínio lógico devia reger o fenômeno linguístico. Estudando estas e outras gramáticas da mesma época, o autor lembra que pelo menos duas obras - as gramáticas de Grivet e de Carneiro Ribeiro - atuaram como textos de transição para o período seguinte.

Cavaliere estuda ainda, com mais vagar, a gramática de Antonio de Moraes Silva (p. 59-67), esse “marco inaugural do período racionalista” (p. 59), cuja *epítome* deve figurar “entre os textos fundadores dos estudos linguísticos no Brasil” (p. 61); a gramática racionalista de Frei Caneca (p. 68-79), de especial valor para o estudo da ortografia portuguesa; os estudos historiográficos de Antenor Nascentes (p. 99-106); alguns aspectos da linguística de Mattoso Câmara (141-147); e as ideias linguísticas de João Ribeiro (p. 148-159).

Além de um interessante estudo sobre o *corpus* de língua literária na tradição gramatical brasileira, em que o autor analisa a presença da língua literária em nossas gramáticas, especialmente na constituição dos exemplos, seu livro se destaca pelos estudos que traz acerca das influências estrangeiras na constituição de nossa gramaticografia: as influências inglesas, alemãs e francesas.

Sobre as primeiras, as fontes inglesas presentes nos estudos gramaticais brasileiros, o autor destaca a influência de autores como Charles Peter Mason, Alexander Bain, Alexander Allen, James Cornwell e Henry Sweet em gramáticos brasileiros. Sobre a presença da linguística alemã em nossa produção gramaticográfica, destacam-se os nomes de August Schleicher, Jacob Grimm, Max Müller, Berthold Delbrück, Karl Brugmann, Hermann Paul, Karl Vossler, Wilhelm von Humboldt, Friedrich Diez

e Georg Gabelenz, alguns dos quais exerceram particular influência em gramáticos como Said Ali e João Ribeiro. Sobre a influência francesa em nossa gramaticografia, o autor destaca os nomes de Michel Bréal, Arsène Darmesteter, Émile Littré e Gaston Paris.

Pelo rigor da pesquisa, pelas novidades que representa em relação aos estudos gramaticográficos da língua portuguesa no Brasil e pela linguagem clara - acessível mesmo ao leitor não especializado no assunto -, *A gramática no Brasil. Ideias, percursos e parâmetros* afirma-se como leitura obrigatória a todos aqueles que, estudiosos ou não do tema, por ele se interessam.